

The background is a detailed architectural floor plan of a building, rendered in a light red color. The plan shows various rooms, corridors, and furniture arrangements. Overlaid on this is a semi-transparent red layer. The text 'DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS' is centered in the lower half of the image in a white, bold, sans-serif font.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (EM MILHARES DE REAIS)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.852	21.352	16.656	42.333
Aplicações financeiras de curto prazo	5	48.612	26.588	78.930	26.588
Contas a receber	6	79.158	72.592	177.982	156.273
Estoques	7	81.925	72.913	127.560	110.483
Impostos a recuperar	8	11.167	5.083	13.881	6.539
Partes relacionadas	10	21.648	22.864	-	-
Outros ativos circulantes		4.439	2.978	11.022	8.670
Total do ativo circulante		250.801	224.370	426.031	350.886
Não circulante					
Depósitos judiciais		6.640	5.943	13.047	10.698
Impostos a recuperar	8	21.114	20.957	24.534	23.600
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.b	19.994	22.951	51.820	52.370
Partes relacionadas	10	7.214	9.314	-	-
Investimentos	9	221.916	183.487	13.029	-
Imobilizado	11	123.060	119.873	252.457	225.889
Intangível	12	2.514	2.853	26.040	25.956
Outros ativos não circulantes		440	181	3.162	2.536
Total do ativo não circulante		402.892	365.559	384.089	341.049
Total do ativo		653.693	589.929	810.120	691.935

Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante					
Fornecedores	13	30.417	20.171	48.968	38.709
Empréstimos e financiamentos	14	1.519	2.744	55.839	40.553
Provisões e encargos sociais	15	17.310	14.834	34.938	27.861
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18.f	18.133	17.346	18.133	17.346
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.d	1.645	1.645	2.926	2.965
Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	11.801	10.712	36.932	23.454
Outros passivos circulantes		2.344	2.852	10.358	11.697
Total do passivo circulante		<u>83.169</u>	<u>70.304</u>	<u>208.094</u>	<u>162.585</u>
Não circulante					
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.d	18.263	19.492	30.019	26.308
Empréstimos e financiamentos	14	7.266	1.671	24.107	7.891
Partes relacionadas	10	35.533	33.573	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	22.657	20.085	51.116	46.845
Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	7.285	6.698	8.139	6.812
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	13	-	13
Provisão para remonte da mina	30	-	-	8.201	2.773
Outros passivos não circulantes		-	-	910	602
Total do passivo não circulante		<u>91.004</u>	<u>81.532</u>	<u>122.492</u>	<u>91.244</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	18.a	334.251	334.251	334.251	334.251
Reserva de capital	18	19.388	18.536	19.388	18.536
Ações em tesouraria		(174)	(174)	(174)	(174)
Reservas de lucros	18	126.055	85.480	126.055	85.480
Patrimônio líquido atribuível a acionistas não minoritários		<u>479.520</u>	<u>438.093</u>	<u>479.520</u>	<u>438.093</u>
Participações acionistas minoritárias		-	-	14	13
Total do patrimônio líquido		<u>479.520</u>	<u>438.093</u>	<u>479.534</u>	<u>438.106</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>653.693</u>	<u>589.929</u>	<u>810.120</u>	<u>691.935</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(EM MILHARES DE REAIS — R\$, EXCETO O LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita operacional líquida	23	469.922	465.084	906.317	820.238
Custos dos produtos vendidos	24	(331.498)	(336.531)	(509.603)	(496.455)
Lucro bruto		<u>138.424</u>	<u>128.553</u>	<u>396.714</u>	<u>323.783</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	24	(54.546)	(51.940)	(113.263)	(97.294)
Gerais e administrativas	24	(45.019)	(34.356)	(105.066)	(84.119)
Remuneração da administração	10b	(11.383)	(8.818)	(14.078)	(11.727)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	(2.842)	(7.866)	(8.223)	(13.342)
Resultado da equivalência patrimonial	9	89.392	65.112	(531)	-
Total das receitas (despesas) operacionais		<u>(24.398)</u>	<u>(37.868)</u>	<u>(241.161)</u>	<u>(206.482)</u>
Despesas financeiras	26	(8.748)	(7.205)	(36.757)	(29.820)
Receitas financeiras	26	9.496	22.436	39.006	43.659
Resultado financeiro líquido		<u>748</u>	<u>15.231</u>	<u>2.249</u>	<u>13.839</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>114.774</u>	<u>105.916</u>	<u>157.802</u>	<u>131.140</u>
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	20	1.174	(8.372)	(44.261)	(37.138)
Diferidos	20	(2.944)	(351)	(537)	3.191
Lucro líquido do exercício		<u>113.004</u>	<u>97.193</u>	<u>113.004</u>	<u>97.193</u>
Atribuível a:					
Acionistas não minoritários		113.004	97.193	113.003	97.193
Acionistas minoritários		-	-	1	-
Lucro líquido do exercício		<u>113.004</u>	<u>97.193</u>	<u>113.004</u>	<u>97.193</u>
Lucro líquido por ação, básico e diluído — R\$	20	<u>1,26</u>	<u>1,09</u>	<u>1,26</u>	<u>1,09</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(EM MILHARES DE REAIS)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	113.004	97.193	113.004	97.193
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	113.004	97.193	113.004	97.193
Atribuído aos acionistas não minoritários	113.004	97.193	113.003	97.193
Atribuído a acionistas minoritários	-	-	1	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital Subvenção para investimentos	Reserva de capital Ágio na aquisições de Ações	Ações em tesouraria
Saldos em 01 de Janeiro de 2011		334.251	18.513	23	(174)
Lucro líquido do exercício			-	-	
Constituição de reservas			-	-	
Destinação do lucro líquido:					
Juros sobre o capital próprio — R\$ 0,066 por ação em circulação	18	-	-	-	-
Dividendos — R\$ 0,134 por ação em circulação	18	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011		334.251	18.513	23	(174)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-
Constituição de reservas	18	-	852	-	-
Destinação do lucro líquido:					
Juros sobre o capital próprio — R\$ 0,269 por ação em circulação	18	-	-	-	-
Dividendos — R\$ 0,531 por ação em circulação	18	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		334.251	19.365	23	(174)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação dos minoritários	Total do patrimônio líquido
Estatutária	Legal	Retenção de lucros					
11.364	15.004	33.495	-	-	412.476	13	412.489
			97.193	-	97.193	-	97.193
4.859	4.859	15.899	(25.617)	-	-	-	-
-	-	-	(23.620)	-	(23.620)	-	(23.620)
-	-	-	(47.956)	-	(47.956)	-	(47.956)
16.223	19.863	49.394	-	-	438.093	13	438.106
-	-	-	113.004	-	113.004	1	113.005
5.650	5.650	29.275	(41.427)	-	-	-	-
-	-	-	(24.068)	-	(24.068)	-	(24.068)
-	-	-	(47.509)	-	(47.509)	-	(47.509)
21.873	25.513	78.669	-	-	479.520	14	479.534

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		114.774	105.916	157.802	131.140
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	9	(89.392)	(65.112)	531	-
Depreciação e amortização	11/12	11.184	11.460	28.773	22.806
Resultado na baixa de ativos permanentes		(42)	5.661	181	5.843
Provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber		410	615	48	409
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	2.572	1.628	4.271	8.011
Reversão (provisão) para perdas diversas		(2.942)	(651)	4.429	(999)
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		1.650	3.199	(1.628)	115
Rendimento de aplicações financeiras		(3.897)	(3.489)	(6.445)	(3.489)
Variação líquida despesas antecipadas		859	81	1.435	1.079
		<u>35.176</u>	<u>59.308</u>	<u>189.397</u>	<u>162.757</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber	6	(5.227)	(13.863)	(17.210)	(21.547)
Partes relacionadas a receber		137	-	-	-
Estoques	7	(9.012)	1.905	(17.273)	(11.138)
Impostos a recuperar	8	(2.597)	2.638	(5.623)	821
Depósitos judiciais		(697)	1.036	(2.349)	630
Outros ativos		(3.033)	2.360	(4.256)	8.456
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores	13	10.210	(4.216)	10.187	(2.367)
Partes relacionadas a pagar	10	148	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	(42)	443	(1.026)	(13.983)
Provisões e encargos sociais		2.476	(4.804)	7.077	(6.981)

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Outros passivos		1.561	1.150	1.037	2.318
Juros pagos		(135)	(411)	(271)	(175)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.779)	(8.643)	(33.545)	(29.939)
Dividendos recebidos	9	81.522	55.721	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>108.708</u>	<u>92.624</u>	<u>126.145</u>	<u>88.852</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Mútuo com empresa ligada a receber	10	1.963	(9.314)	-	-
Recebimento pela venda de imobilizado		124	54	188	203
Adições ao ativo imobilizado e intangível	11/12	(14.114)	(13.233)	(55.794)	(46.356)
Aporte de capital em controladas	9	(30.560)	-	(13.560)	-
Aplicações financeiras de curto prazo		(210.303)	-	(378.191)	-
Investimentos temporários		-	17.799	-	17.799
Resgates de aplicações financeiras de curto prazo		192.176	-	332.294	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(60.714)</u>	<u>(4.694)</u>	<u>(115.063)</u>	<u>(28.354)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimo e financiamentos		7.059	2.464	199.479	147.147
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	(2.828)	(512)	(166.830)	(123.588)
Mútuo com empresa ligada	10	(317)	(2.156)	-	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	18	(69.408)	(81.475)	(69.408)	(81.475)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(65.494)</u>	<u>(81.679)</u>	<u>(36.759)</u>	<u>(57.916)</u>
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa		<u>(17.500)</u>	<u>6.251</u>	<u>(25.677)</u>	<u>2.582</u>
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	4	21.352	15.101	42.333	39.751
No fim do exercício	4	3.852	21.352	16.656	42.333
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa		<u>(17.500)</u>	<u>6.251</u>	<u>(25.677)</u>	<u>2.582</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	23	631.126	628.960	1.159.627	1.071.780
Outras receitas		127	3.478	48.955	6.454
Provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber		-	12	-	2.195
Total		<u>630.687</u>	<u>631.835</u>	<u>1.207.617</u>	<u>1.808.020</u>
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(336.167)	(300.764)	(523.053)	(465.104)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(90.900)	(117.570)	(161.998)	(159.859)
Perda/recuperação de valores ativos		(7.271)	(9.363)	(7.271)	(9.363)
Outras doações		(931)	(454)	(3.926)	(1.053)
		<u>(435.269)</u>	<u>(428.151)</u>	<u>(696.248)</u>	<u>(635.379)</u>
Valor adicionado bruto		195.418	203.684	511.369	444.641
Depreciação, amortização e exaustão	11/12	<u>(11.184)</u>	<u>(11.460)</u>	<u>(28.773)</u>	<u>(22.806)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		184.234	192.224	482.596	421.835
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado da equivalência patrimonial	9	89.392	65.112	(531)	-
Receitas financeiras	26	9.496	22.436	39.006	43.659
Outras		8.864	(3.712)	7.548	(3.358)
		<u>107.752</u>	<u>83.836</u>	<u>46.023</u>	<u>40.301</u>

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Valor adicionado total a distribuir		291.986	276.060	528.619	462.136
Distribuição do valor adicionado		291.986	276.060	528.619	462.136
Pessoal:					
Remuneração direta		54.806	51.418	112.991	105.313
Benefícios		27.695	21.458	53.571	44.490
FGTS		5.349	5.011	9.074	8.907
		87.850	77.887	175.636	158.710
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		56.129	68.323	123.215	122.919
Estaduais		18.947	20.616	47.603	46.129
Municipais		1.030	857	1.312	1.255
		76.106	89.796	172.130	170.303
Remuneração de capital de terceiros:					
Juros		8.748	7.205	36.016	28.300
Aluguéis		6.278	3.979	31.833	7.630
		15.026	11.184	67.849	35.930
Remuneração de capitais próprios:					
Dividendos	18	47.509	47.956	47.509	47.956
Juros sobre o capital próprio	18	24.068	23.620	24.068	23.620
Lucros retidos	18	41.427	25.617	41.427	25.617
		113.004	97.193	113.004	97.193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS — R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eternit S.A. (“Companhia” ou “Eternit”), incorporada no Brasil, com sede na Rua Dr. Fernandes Coelho, 85 — 8º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 30 de janeiro de 1940, é uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada no segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. — BM&FBOVESPA, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3. Seus acionistas são pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações (vide nota explicativa nº 18).

A Companhia e suas controladas (“Grupo”) têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos de fibrocimento, cimento, concreto, gesso e produtos de matéria plástica, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios.

Conforme “Fato Relevante” divulgado em Outubro de 2011, a Companhia, em linha com seu plano de expansão e diversificação de suas atividades, iniciou o projeto de instalação de sua 12ª fábrica no Distrito Industrial do Porto de Pecém, Município de Caucaia, Estado do Ceará através de uma “joint venture” entre a Companhia e a Organizações Corona S.A. (“Corona”), multinacional colombiana, um dos maiores produtores de louças sanitárias, com experiência de mais de 130 anos e um parque industrial diversificado de 17 fábricas na Colômbia e 2 nos Estados Unidos da América.

Sob a denominação de “Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.” a “joint venture” terá a participação acionária de 60% da Companhia e 40% da Corona.

Esta é uma aliança estratégica para desenvolver conjuntamente o negócio de produção e comercialização de louças sanitárias, no qual a Corona contribuirá com seu conhecimento de desenvolvimento e produção, e a Companhia com seu conhecimento do mercado, eficiência logística e uma rede de distribuição de mais de 16 mil pontos de vendas.

Esta unidade industrial contará com capacidade inicial de 1.500.000 de peças/ano e investimentos previstos na ordem de R\$100 milhões, para os quais a Companhia utilizará preferencialmente recursos de terceiros. O prazo previsto para conclusão das obras será final do ano de 2013.

O Grupo está constituído da seguinte forma:

- A Companhia possui quatro fábricas instaladas nos Estados da Bahia, de Goiás, do Paraná e do Rio de Janeiro.

- A controlada Sama S.A. Minerações Associadas (“Sama”), sociedade anônima de capital fechado, localizada no Estado de Goiás, é a única mineradora de crisotila do Brasil e tem como principal objeto social a exploração e o beneficiamento do mineral crisotila, o qual é comercializado nos mercados interno e externo.
- A controlada Tégula Soluções para Telhados Ltda. (“Tégula”) possui seis fábricas, instaladas nos Estados da Bahia, de Goiás, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de São Paulo e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de telhas de concretos e acessórios para telhados.
- A controlada Precon Goiás Industrial Ltda. (“Precon”) possui uma fábrica em Anápolis no Estado de Goiás e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
- A controlada Prel Empreendimentos e Participações Ltda. (“Prel”), localizada em São Paulo no Estado de São Paulo, tem como principal objeto social a participação em empresas industriais e comerciais.
- A controlada Engedis Distribuição Ltda. (“Engedis”), localizada em Minaçu no Estado de Goiás, não possui atividade econômica.
- As controladas Wagner Ltda. (“Wagner”) e Wagner da Amazônia Ltda. (“Wagner da Amazônia”), localizadas em São Paulo no Estado de São Paulo, não possuem atividade econômica.
- A controlada em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A., localizada na cidade de Caucaia no Estado do Ceará, tem como principal objetivo social a importação, industrialização, comercialização, exportação e distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.

Os principais produtos industrializados e/ou comercializados pelo Grupo estão descritos na nota explicativa nº 27.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Declaração de conformidade e base para preparação

A apresentação das demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas em 6 de março de 2013 pelo Conselho de Administração para publicação em 15 de março de 2013.

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board — IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado — IFRS e BR GAAP; e

• As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora — BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis — CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou conselho de administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas na nota explicativa n 1 e, portanto, realiza a consolidação integral das mesmas, com exceção da Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. — CSC, considerada com base nos parâmetros descritos no parágrafo anterior como controlada em conjunto, que não é consolidada tendo seu resultado considerado nas demonstrações financeiras consolidadas com base no método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 19 (IFRS 11).

A participação dos acionistas minoritários, das empresas consolidadas integralmente, são destacadas na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as Empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS — R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

Reclassificação para fins de comparabilidade

Visando a melhoria da qualidade das informações apresentadas nas demonstrações financeiras e a melhor comparabilidade dos saldos, a Companhia efetuou as seguintes reclassificações nos saldos de 31 de dezembro de 2011: i) o saldo na rubrica de outros investimentos do ativo não circulante no montante de R\$ 8 e 250, controladora e consolidado, respectivamente, foram reclassificados para a rubrica de outros ativos não circulantes no ativo não circulante; e (ii) incentivos fiscais no montante de R\$41 e R\$566 controladora e consolidado, respectivamente, classificados inicialmente na rubrica de depósitos judiciais no ativo não circulante, foram reclassificados para a rubrica de outros ativos não circulantes no ativo não circulante.

Apuração do resultado

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- O Grupo transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- O Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito dos acionistas de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para uso ou a venda pretendida. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia não efetuou capitalização de custos com empréstimos relacionados ao imobilizado em andamento, devido a não relevância dos valores envolvidos.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

Custos de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Tributação

Impostos sobre vendas

Os impostos referentes a receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e

Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

Quando o valor líquido dos impostos sobre as vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício (vide nota explicativa nº 20).

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (vide nota explicativa nº 20b). Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS — R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, conforme avaliação efetuada em 2010, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O Grupo não possui ativo intangível gerado internamente.

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Estoques

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para benefícios futuros a ex-empregados

A provisão para benefícios futuros a ex-empregados é contabilizada com base em estimativa atuarial, conforme descrito na nota explicativa nº 17.

Provisão para remonte da mina

A controlada Sama registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, usa especialistas externos, quando necessário, e segue o Programa para Recuperação de Área Degradada — PRAD, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia da leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusão de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Ajuste a valor presente

Os saldos de contas a receber e fornecedores estão ajustados ao seu valor presente considerando a taxa SELIC como taxa de desconto. A constituição de tais ajustes está registrada como redutora nas contas de origem e a sua realização é registrada na rubrica "Receitas/despesas financeiras" nas demonstrações do resultado.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma empresa do Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, isto é, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais, conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados

(inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Juros sobre o capital próprio

São calculados com base no número de ações em circulação nas datas das respectivas deliberações em Reunião do Conselho de Administração e recebem o mesmo tratamento contábil dos dividendos (vide nota explicativa nº 18).

Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição no exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS's.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado.

Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) — Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

Novas normas, alterações e interpretações de normas

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012

As políticas contábeis adotadas em 2012 são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras do ano anterior, exceto pelas seguintes revisões ao IFRS em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012:

- IAS 12 Impostos de Renda (Revisão) — Impostos Diferidos — Recuperação de Ativos Subjacentes — A revisão esclarece a determinação de cálculo de impostos diferidos sobre propriedade para investimento mensurados a valor justo. Introduce a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS — R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 (CPC 31) deve ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado por meio da venda. Adicionalmente, introduz a exigência de que o imposto diferido sobre ativos não sujeitos à depreciação que são mensurados usando o modelo de reavaliação da IAS 16 (CPC 27) sempre sejam mensurados com base na venda do ativo. Esta revisão terá vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012. Esta revisão não gerou um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações do Grupo.

- IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS (Revisão) — Hiperinflação e Remoção de Datas Fixas para Primeira Adoção (Revisão) O IASB forneceu orientações sobre como uma entidade deve retomar a apresentação de demonstrações financeiras com base nas IFRS quando sua moeda funcional deixa de estar sujeita à hiperinflação. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. Esta revisão não gerou um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações do Grupo.
- IFRS 7 Instrumentos financeiros — Divulgação — Exigências Maiores para

Divulgação de desreconhecimentos A revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos mas não desreconhecidos para permitir que o usuário das demonstrações financeiras do Grupo entenda a relação entre os ativos que não foram desreconhecidos e os passivos correspondentes. Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desreconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados. A norma revisada terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. O Grupo não possui ativos com essas características, portanto não houve impacto sobre suas demonstrações financeiras.

b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
• IFRS 9 — Instrumentos Financeiros	Classificação e Mensuração encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 — Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, essa nova norma utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A IFRS 9 exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. A Administração da Companhia avaliou os impactos da IFRS 9 e prevê que sua adoção não provoque um impacto relevante em suas demonstrações financeiras da Companhia.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
• IFRS 10 — Demonstrações Financeiras Consolidadas	A IFRS 10 estabelece princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. O IFRS 10 substitui as exigências de consolidação do SIC-12 Consolidação de Entidades de Finalidade Específica e do IAS 27 — Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas. A Administração da Companhia avaliou os impactos da IFRS 10 e prevê que sua adoção não provoque impactos em suas demonstrações financeiras.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
• IFRS 11 — Acordos em conjunto	<p>A IFRS 11 prevê uma reflexão mais realista de acordos em conjunto, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica. A norma aborda inconsistências no tratamento de um acordo em conjunto, exigindo um único método para tratar em entidades controladas em conjunto, através da equivalência patrimonial. O IFRS 13 substitui o IAS 31 — Empreendimentos Controlados em Conjunto e SIC-13 Entidades Conjuntamente Controladas — Contribuições Não Monetárias por Acionistas. Os principais efeitos decorrentes da adoção do IFRS 11 será o fim da consolidação proporcional. A Administração da Companhia avaliou os impactos da IFRS 11 e prevê que sua adoção não provoque um impacto relevante em suas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que a companhia não efetua consolidação proporcional da sua controlada em conjunto que é consolidada na equivalência patrimonial.</p>	<p>Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.</p>
• IFRS 12 — Divulgações de Participações em Outras Entidades	<p>A IFRS 12 é uma norma nova e abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo as subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. A Administração da Companhia avaliou os impactos da IFRS 12 e prevê que sua adoção não provoque impactos em suas demonstrações financeiras.</p>	<p>Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.</p>
• IFRS 13 — Mensurações ao Valor Justo	<p>Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais. A Administração da Companhia avaliou os impactos da IFRS 13 e prevê que sua adoção não provoque impactos em suas demonstrações financeiras.</p>	<p>Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.</p>
• IAS 27 — Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (Revisado em 2011)	<p>Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. A Administração da Companhia avaliou os impactos da revisão destas normas e prevê que sua adoção não provoque impactos em suas demonstrações financeiras uma vez que a companhia não efetua consolidação proporcional da sua controlada em conjunto que é consolidada com base na equivalência patrimonial.</p>	<p>Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.</p>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS — R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
• IAS 28 — (Revisada 2011) Investimentos e Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado	Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos joint ventures, além do investimento em associadas.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
• Alterações a IAS 19 – Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações. A Administração da Companhia avaliou os impactos da revisão destas normas e prevê que sua adoção não provoque impactos em suas demonstrações financeiras.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
• Alterações a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas. A Administração da Companhia avaliou os impactos da revisão destas normas e prevê que sua adoção não provoque impactos em suas demonstrações financeiras, uma vez que não há outros resultados abrangentes.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
• IAS 16 Imobilizado	Esta melhoria explica que as principais peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que satisfazem a definição de imobilizado não fazem parte dos estoques. Estas melhorias não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações do Grupo.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
• IFRS 1 — Empréstimos do Governo — Revisões da IFRS 1	Estas revisões estabelecem a primeira aplicação das exigências da IAS 20 Contabilização de Subvenção e Assistências Governamentais, prospectivamente a empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS. As entidades podem optar por aplicar as exigências da IFRS 9 (ou IAS 39, conforme o caso) e IAS 20 a empréstimos do governo retrospectivamente, se a informação necessária para isso tinha sido obtida no momento da contabilização inicial desse empréstimo. A exceção dispensaria as entidades que estejam adotando a norma pela primeira vez da mensuração retrospectiva de empréstimos do governo com uma taxa de juros inferior à do mercado. A revisão não terá impacto sobre o Grupo.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
• IAS 34 Demonstrações Financeiras Intermediárias	<p>A revisão apresenta um alinhamento das exigências de divulgação para ativos totais do segmento com os passivos totais do segmento nas demonstrações financeiras intermediárias. Este esclarecimento também garante que as divulgações intermediárias estejam alinhadas com as divulgações anuais. Esta revisão não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações do Grupo.</p>	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
• IAS 32 Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros — Revisões da IAS 32	<p>Estas revisões explicam o significado de “atualmente tem o direito legal de compensação”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações do Grupo.</p>	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2014.

O Grupo pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Considerando as atuais operações do Grupo e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pelo Grupo.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo, a administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem divergir dos resultados efetivos, os efeitos das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período de revisão.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada período de demonstrações financeiras, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS — R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

Recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Não foram identificados indícios de redução do valor recuperável do ágio.

Controlada:	Consolidado	
	31/12/12	31/12/11
Sama	16.559	16.559
Tégula	3.436	3.436
	19.995	19.995

Vida útil dos bens do imobilizado

O Grupo revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no fim de cada exercício.

Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Administração do Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de

recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 21. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos. A administração do Grupo acredita que essas provisões para riscos estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Provisão para benefícios futuros a ex-empregados

O valor atual da provisão para benefícios futuros a ex-empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 17. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

Provisão para remonte da mina

A controlada Sama segue o Programa para Recuperação de Área Degradada — PRAD e possui provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação. A controlada possui equipe de especialistas ambientais, para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, e quando necessário utiliza ainda especialistas externos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Caixa e bancos	1.801	2.011	3.585	5.243
Aplicações em certificados de depósito bancários compromissados	2.051	19.341	13.071	37.090
Total	3.852	21.352	16.656	42.333

Em 31 de dezembro de 2012, as aplicações foram remunerados por taxas médias de 103% da variação do Certificado de Depósito Interbancário — CDI (104% em 31 de dezembro de 2011), tendo basicamente em sua carteira, aplicações

compromissadas. Os saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Fundos de investimentos (i)
Fundos de Investimentos temporários (ii)
Total

Controladora		Consolidado	
31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
31.873	-	62.191	-
16.739	26.588	16.739	26.588
48.612	26.588	78.930	26.588

A partir do ano de 2012 a Companhia concentrou suas aplicações em fundos de investimentos cujas carteiras são em sua maioria compostas por aplicações em renda fixa e em outros fundos de investimento financeiro. Os fundos são remunerados pelas taxas médias de 103% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2012 (104% em 31 de dezembro de 2011).

- (i) São de aplicações disponíveis para resgate (liquidez imediata), não havendo prazo de carência de resgate de quotas. As quotas podem ser resgatadas com o rendimento, conforme necessidade da Companhia.
- (ii) Essas aplicações têm como objetivo principal financiar os investimentos em ativos imobilizados ou para futuros investimentos da Companhia. O valor é definido conforme plano de investimento da Companhia.

6. CONTAS A RECEBER

Contas a receber de clientes
Contas a receber de clientes exterior
(—) Ajuste a valor presente
Provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre contas a receber
Total

Controladora		Consolidado	
31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
82.728	77.501	124.241	124.075
-	-	61.228	44.184
(328)	(2.077)	(969)	(5.516)
(3.242)	(2.832)	(6.518)	(6.470)
79.158	72.592	177.982	156.273

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS – R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

As despesas com a provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber são contabilizados no grupo de “despesas com vendas”.

Composição do saldo de clientes por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
A vencer	75.208	70.849	162.284	147.853
Valores vencidos:				
Até 30 dias	3.569	745	13.094	5.926
Entre 30 e 60 dias	225	163	1.480	350
Acima de 60 dias	156	835	1.124	2.144
	79.158	72.592	177.892	156.273

Movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Saldo inicial	(2.832)	(2.217)	(6.470)	(6.383)
Adição	(572)	(884)	(1.546)	(1.083)
Reversão	6	8	581	(57)
Baixa	156	261	917	1.053
Total	(3.242)	(2.832)	(6.518)	(6.470)

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Produtos acabados	35.082	35.368	59.957	53.280
Produtos semi-acabados	-	-	2.757	1.553
Revenda	20.862	18.128	26.005	23.423
Matérias-primas	22.117	16.445	21.110	15.698
Materiais auxiliares	3.864	2.972	18.666	17.268
(-) Provisão para perdas *	-	-	(935)	(739)
	81.925	72.913	127.560	110.483

(*) A contrapartida da provisão para perdas está registrada na rubrica “Custo dos produtos vendidos” nas demonstrações do resultado.

Movimentos da provisão para perda

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2011	(900)	(1.569)
(+) complemento de provisão no exercício	-	(70)
(-) Valores baixados da provisão	900	900
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	(739)
(+) complemento de provisão no exercício	-	(196)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	(935)

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Circulante:				
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço — ICMS	1.067	1.486	1.946	1.972
Imposto de renda retido na fonte — IRRF	284	432	518	603
Imposto de renda sobre pessoa jurídica — IRPJ	4.636	1.211	5.422	1.681
Contribuição social sobre lucro líquido — CSLL	1.415	92	1.602	248
Imposto de renda retido na fonte juros sobre capital próprio	2.169	373	2.169	373
Fundo — FOMENTAR — ICMS (*)	729	1.080	729	1.092
Contribuição para financiamento da seguridade social—COFINS e outros	641	409	1.267	570
	11.167	5.083	13.881	6.539
Não circulante:				
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço — ICMS	840	1.145	4.260	3.786
Imposto de renda retido na fonte — IRRF	13.004	12.606	13.004	12.608
Imposto de renda sobre pessoa jurídica — IRPJ	7.206	7.206	7.206	7.206
Outros	64	-	64	-
	21.114	20.957	24.534	23.600

(*) Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás — FOMENTAR, com objetivo de incrementar a implantação e a expansão de atividades que promovam o desenvolvimento industrial do Estado de Goiás.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS — R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

9. INVESTIMENTOS

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas e da controlada em conjunto da Companhia:

Controladas	Controladora	
	Participação e capital votante detidos — %	
	31/12/12	31/12/11
Precon	99,99	99,99
Prel	99,99	99,99
Sama	99,99	99,99
Tégula	99,99	99,99
Wagner	99,85	99,85
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. ("CSC") (i)	60,00	-
Engedis (ii)	99,94	99,94

(i) Controlada em conjunto

(ii) Controlada indireta

Resumo das principais informações das controladas e controlada em conjunto:

Controlada	Localização	Atividade principal
Sama	Minaçu/GO	Exploração e beneficiamento do minério de amianto crisotila
Engedis	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica.
Precon	Anápolis/GO	Industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
Prel	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais, comerciais, etc.
Wagner	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Wagner da Amazônia	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Tégula	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios. A controlada em conjunto Sociedade Anônima Companhia Sulamericana de Cerâmica localizada na cidade de Caucaia, Estado do Ceará tem como principal objetivo social importação, industrialização, comercialização exportação, distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.
Companhia Sul Americana de Ceramica	Porto de Pecém/CE	

Resumo da composição dos investimentos:

	Controladora					Total
	Precon	Prel	Sama	Tégula	Wagner	
Investimentos	15.694	7.866	85.557	53.752	4.059	166.928
Ágio/Goodwill	-	-	16.559	-	-	16.559
Saldo em 31 de dezembro de 2011	15.694	7.866	102.116	53.752	4.059	183.487

	Controladora						Total
	Precon	Prel	Sama	CSC	Tégula	Wagner	
Investimentos	17.578	7.821	90.624	13.029	72.246	4.059	207.299
Ágio/Goodwill	-	-	16.559	-	-	-	16.559
Saldo em 31 de dezembro de 2012	17.578	7.821	107.183	13.029	72.246	4.059	221.916

	Precon	Prel	Sama	CSC	Tégula	Wagner	Total
Em 1º de dezembro de 2011	14.116	7.969	97.269	-	52.134	3.953	175.441
Dividendos	(7.600)	(1.763)	(38.364)	-	-	(14)	(14.741)
Juros sobre o capital próprio	(668)	(436)	(5.053)	-	(2.958)	(25)	(9.140)
Equivalência patrimonial	9.853	2.153	48.357	-	4.604	145	65.112
Depreciação da correção monetária complementar IFRS	(7)	(57)	(93)	-	(28)	-	(185)
Em 31 de dezembro 2011	15.694	7.866	102.116	-	53.752	4.059	183.487
Dividendos	(7.927)	(1.896)	(62.958)	-	-	(104)	(72.885)
Juros sobre o capital próprio	(640)	-	(5.158)	-	(2.839)	-	(8.637)
Equivalência patrimonial	10.451	1.851	73.183	(531)	4.333	104	89.392
Constituição de controlada em conjunto	-	-	-	13.560	-	-	13.560
Aporte de capital	-	-	-	-	17.000	-	17.000
Em 31 de dezembro de 2012	17.578	7.821	107.183	13.029	72.246	4.059	221.916

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS – R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

O saldo de investimentos nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$ 13.029 refere-se ao investimento na controlada em conjunto com a CSC.

Demonstramos abaixo os saldos das empresas controladas em 31 de dezembro de 2012:

	Precon	Prel	Sama	Tégula	CSC	Wagner
Ativo	33.935	8.653	270.553	99.237	22.600	5.632
Passivo	16.356	787	175.061	26.983	240	1.566
Patrimônio líquido	17.579	7.823	95.491	72.252	22.360	4.066
Receita operacional líquida	64.963	-	379.035	87.734	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.451	1.896	73.744	4.342	(885)	104

10. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

	Controladora			Controladora	
	31/12/12	31/12/11		31/12/12	31/12/11
Saldos:				21.648	22.864
Ativo circulante			Ativo não circulante(mútuo – Tégula): (iii)	7.214	9.314
Contas a receber:			Passivo circulante		
Precon (i) e (ii)	1.376	1.925	Fornecedores (i)		
Sama (ii)	132	-	Sama	8.174	8.108
Tégula (i) e (ii)	269	7	Outras contas a pagar		
Wagner (ii)	18	-	Prel	83	25
	<u>1.795</u>	<u>1.932</u>	Sama	23	-
			Tégula	1	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber:			Passivo não circulante		
Sama	15.396	13.922	Mútuo		
Prel	702	1.174	Sama	27.252	25.440
Precon	3.038	2.180		<u>35.533</u>	<u>33.573</u>
Tégula	706	3.656	Total		
Wagner	11	-			
	<u>19.853</u>	<u>20.932</u>			

(i) Existem compras e vendas entre partes relacionadas, portanto os saldos referem-se basicamente a fornecimentos de matéria-prima (mineral crisotila) e produtos acabados, eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia conforme CPC 26.

	Controladora	
	31/12/12	31/12/11
Transações:		
Vendas:		
Precon	10.519	15.421
Tégula	-	137
Total	10.519	15.558
Compras:		
Sama	74.823	80.157
Descontos obtidos — Sama	122	3.485
Despesas administrativas — Prel	936	281
Total	75.881	83.923
Juros sobre mútuo:		
Despesa — Sama	2.129	2.667
Despesa — Prel	-	179
Total	2.129	2.846

(ii) Referem-se basicamente a reembolsos de despesas sem vencimento pré determinado.

(iii) Referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incide os encargos IOF, IRRF e variação de 100% do CDI e prazo de amortização de 24 meses a partir da data do aditamento, renováveis por mais 24 meses.

	Controladora	
	31/12/12	31/12/11
Receitas:		
Juros sobre mútuo — Tégula	917	369
Juros sobre capital próprio:		
Sama	5.157	5.053
Prel	-	436
Precon	640	668
Wagner	-	25
Tégula	2.839	2.958
Total	9.553	9.509

As transações de compras e vendas entre partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não existem garantias em aberto com partes relacionadas.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo pagou a seus administradores benefícios de curto prazo, salários e remuneração variável, conforme segue:

Controladora	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total
2012				
REMUNERAÇÃO FIXA	852	323	4.432	5.607
Salário	710	269	2.847	3.826
Benefícios	-	-	301	301
Outros (ii)	142	54	1.284	1.479

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS — R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

Controladora

2012	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	972	-	4.499	5.471
Participação nos Resultados — PLRE	972	-	3.283	4.255
Bônus Complementar (i)	-	-	886	886
Outros (ii)	-	-	330	330
BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	-	-	305	305
Benefícios Pós-emprego	-	-	305	305
Total	1.824	323	9.326	11.383

Consolidado

2012	Conselho de Administração	Conselho Consultivo	Diretoria Estatutária	Total
REMUNERAÇÃO FIXA	852	323	5.961	7.136
Salário	710	269	3.941	4.920
Benefícios	-	-	377	377
Outros (ii)	142	54	1.643	1.839
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	972	-	5.531	6.503
Participação nos Resultados — PLRE	972	-	4.112	5.084
Bônus Complementar (i)	-	-	1.037	1.037
Outros (ii)	-	-	382	382
BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	-	-	439	439
Benefícios Pós-emprego	-	-	439	439
Total	1.824	323	11.931	14.078

(i) Remuneração com base no plano de aquisição de ações para a Diretoria, a título de PLRE.

(ii) Encargos de INSS e FGTS sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Consultivo e Diretoria.

O Conselho de Administração do Grupo aprovou um plano de incentivo para a compra de ações da Companhia pela Diretoria. O Grupo concede bônus complementar aos diretores que investem até 100% do valor líquido do seu PLRE recebido em ações da Companhia. Esse bônus complementar será proporcional ao valor líquido do PLRE investido e deve ser integralmente utilizado para aquisição de ações da Companhia. O plano estabelece regras

específicas de aquisição e negociação de ações, como prazo mínimo de três anos após a aquisição para negociação das ações, limitada a 30% após o terceiro ano, 30% após o quarto ano, 30% após o quinto ano e 10% ficarão retidos e só poderão ser negociados quando do desligamento/aposentadoria do diretor. Os diretores devem também respeitar as regras de negociação da Instrução CVM nº 358/02.

Foram adquiridas pela Diretoria, no exercício findo em 31 de dezembro 2012, 1.369.755 ações — ETER3 (1.454.277 ações — ETER3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

11. IMOBILIZADO

Imobilizado

	Controladora									
	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizações em andamento	Total
Custo										
Saldos em 1 de janeiro de 2011	701	31.320	90.221	11.371	74.127	3.566	3.718	2.910	6.154	224.088
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	11.628	11.628
Baixas	-	-	(6.096)	(5)	(217)	(67)	(25)	(54)	-	(6.464)
Transferências	-	485	5.672	1.406	2.870	(1)	257	367	(11.056)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	701	31.805	89.797	12.772	76.780	3.498	3.950	3.223	6.726	229.252
Adições	-	-	437	-	-	-	-	-	13.241	13.678
Baixas	-	-	(14)	-	(35)	(270)	(14)	(30)	-	(363)
Transferências	-	360	4.719	105	364	350	1.173	179	(7.250)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	701	32.165	94.939	12.877	77.109	3.578	5.109	3.372	12.717	242.567
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6	15%	10%	20%	10%	20%	-	
Depreciação acumulada										
Saldos em 1 de janeiro de 2011	-	(17.236)	(40.672)	(6.553)	(28.786)	(2.067)	(1.697)	(2.078)	-	(99.089)
Adições	-	(682)	(2.359)	(1.008)	(5.922)	(391)	(306)	(280)	-	(10.948)
Baixas	-	-	468	2	54	66	16	52	-	658
Transferências	-	(10)	183	(15)	(161)	1	2	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	(17.928)	(42.380)	(7.574)	(34.815)	(2.391)	(1.985)	(2.306)	-	(109.379)
Adições	-	(703)	(1.786)	(1.077)	(5.863)	(341)	(336)	(304)	-	(10.410)
Baixas	-	-	14	-	35	201	11	21	-	282
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	(18.631)	(44.152)	(8.651)	(40.643)	(2.531)	(2.310)	(2.589)	-	(119.507)
Valor residual										
Em 01 de janeiro de 2011	701	14.084	49.549	4.818	45.341	1.499	2.021	832	6.154	124.999
Em 31 de dezembro de 2011	701	13.877	47.417	5.198	41.965	1.107	1.965	917	6.726	119.873
Em 31 de dezembro de 2012	701	13.534	50.787	4.226	36.466	1.047	2.799	783	12.717	123.060

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS – R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

	Consolidado					
	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Ferramentas e moldes	Instalações
Custo						
Saldos em 1 de janeiro de 2011	4.084	72.727	160.369	16.023	25.416	191.129
Adições	-	3.038	11.604	-	2.476	1.459
Baixas	-	(22)	(6.333)	-	(3.701)	(217)
Transferências	-	2.334	5.553	337	1.406	10.946
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.084	78.077	171.193	16.360	25.597	203.317
Adições	-	860	3.282	-	565	551
Baixas	-	(9)	(512)	-	(32)	(109)
Transferências	-	1.657	7.529	8.250	349	4.639
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.084	80.585	181.492	24.610	26.479	208.398
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6%	28,4%	15%	10%
Depreciação acumulada						
Saldos em 1 de janeiro de 2011	-	(42.846)	(93.837)	(13.140)	(16.325)	(127.335)
Adições	-	(1.428)	(4.656)	(136)	(2.328)	(9.713)
Baixas	-	(70)	599	-	3.548	54
Transferências	-	(262)	434	-	(15)	(161)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	(44.466)	(97.460)	(13.276)	(15.120)	(137.155)
Adições	-	(1.629)	(4.343)	(1.758)	(2.585)	(10.445)
Baixas	-	9	265	-	30	107
Transferências	-	(140)	-	-	140	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	(46.226)	(101.538)	(15.034)	(17.535)	(147.493)
Valor residual						
Em 01 de janeiro 2011	4.084	29.881	66.532	2.883	9.091	63.794
Em 31 de dezembro de 2011	4.084	33.611	73.733	3.084	10.477	66.162
Em 31 de dezembro de 2012	4.084	34.359	79.954	9.576	8.944	60.905

Consolidado							
Veículos	Veículos fora de estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Remonte da mina	Recursos minerais	Imobilizações em andamento	Total
11.987	3.829	10.626	6.366	1.847	13.387	9.384	527.174
1.303	-	1.275	183	-	-	22.602	43.940
(483)	-	(187)	(113)	-	-	-	(11.056)
279	276	840	609	-	-	(22.580)	-
13.086	4.105	12.554	7.045	1.847	13.387	9.406	560.058
479	-	757	165	-	-	47.708	54.367
(363)	(47)	(147)	(112)	-	-	-	(1.331)
11.849	222	2.202	416	3.931	-	(41.044)	-
25.051	4.280	15.366	7.514	5.778	13.387	16.070	613.094
20%	25%	10%	20%	2,9%	5,3%	-	
(7.814)	(3.810)	(5.604)	(4.829)	(158)	(1.487)	-	(317.185)
(1.419)	(10)	(897)	(555)	(53)	(696)	-	(21.891)
422	-	156	58	-	-	-	4.907
2	-	2	-	-	-	-	-
(8.809)	(3.820)	(6.343)	(5.326)	(211)	(2.183)	-	(334.169)
(3.346)	(83)	(1.316)	(615)	(614)	(696)	-	(27.430)
294	47	109	101	-	-	-	962
-	-	-	-	-	-	-	-
(11.861)	(3.856)	(7.550)	(5.840)	(825)	(2.879)	-	(360.637)
4.173	19	5.022	1.537	1.689	11.900	9.384	209.989
4.277	285	6.211	1.719	1.636	11.204	9.406	225.889
13.190	424	7.816	1.674	4.953	10.508	16.070	252.457

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS — R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

Em razão de processos judiciais, a controlada Sama ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado (máquinas e equipamentos) no valor residual de R\$892.

12. INTANGÍVEL

Controladora	Softwares	Outros	Total
Custo			
Saldos em 1 de janeiro de 2011	5.298	26	5.324
Adições	1.605	-	1.605
Baixas	(133)	(15)	(148)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	6.770	11	6.781
Adições	-	436	436
Baixas	(21)	-	(21)
Transferências	436	(436)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	7.185	11	7.196
Vida útil (em anos)	5	-	-
Amortização			
Saldos em 1 de janeiro de 2011	(3.513)	-	(3.513)
Adições	(512)	-	(512)
Baixas	97	-	97
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(3.928)	-	(3.928)
Adições	(774)	-	(774)
Baixas	20	-	20
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(4.682)	-	(4.682)
Valor residual			
Saldo em 1 de janeiro de 2011	1.785	26	1.811
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.842	11	2.853
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.503	11	2.514

Consolidado	Softwares	Ágio	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Outros	Total
Custo						
Saldos em 1 de janeiro de 2011	9.306	19.995	1.156	-	90	30.547
Adições	2.416	-	-	-	-	2.416
Saldos em 31 de dezembro de 2011	11.722	19.995	1.156	-	90	32.963
Adições	200	-	-	1.227	-	1.427
Baixas	(21)	-	-	-	-	(21)
Transferências	1.242	-	-	(1.227)	(15)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	13.143	19.995	1.156	-	75	34.369
Vida útil (em anos)	5					
Amortização						
Saldos em 1 de janeiro de 2011	(6.092)	-	-	-	(1)	(6.093)
Adições	(915)	-	-	-	-	(915)
Baixas	1	-	-	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(7.006)	-	-	-	(1)	(7.007)
Adições	(1.343)	-	-	-	-	(1.343)
Baixas	21	-	-	-	-	21
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(8.328)	-	-	-	(1)	(8.329)
Valor residual						
Saldo em 1 de janeiro de 2011	3.214	19.995	1.156	-	89	24.454
Saldo em 31 de dezembro 2011	4.716	19.995	1.156	-	89	25.956
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.815	19.995	1.156	-	74	26.040

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Mercado Interno	22.473	17.590	40.615	36.072
Mercado Externo	8.056	2.729	8.492	2.848
(-) Ajuste valor presente (mercado interno/externo)	(112)	(148)	(139)	(211)
Total	30.417	20.171	48.968	38.709

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS — R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Circulante:				
Empréstimos e financiamentos (a) e (d)	1.519	2.744	9.091	4.199
ACE (b)	-	-	26.319	36.354
ACC (c)	-	-	20.429	-
	1.519	2.744	55.839	40.553
Não circulante:				
Empréstimos e financiamentos (a) e (d)	7.266	1.671	24.107	7.891
Total	8.785	4.415	79.946	48.444
Fluxo de pagamento do não circulante:				
2013	-	1.353	-	2.978
2014	7.202	282	13.756	1.936
2015	37	36	5.471	2.977
2016	22	-	3.513	-
2017	5	-	1.367	-
Total	7.266	1.671	24.107	7.891

(a) A controlada SAMA captou financiamento junto ao BNDES/Finame para aquisição de veículos (caminhões) com taxa média de 6,171% e 4,430% a.a acrescido da TJLP, o qual não exige a manutenção de índices financeiros, contudo exige o cumprimento de outras obrigações específicas. Em 31 de dezembro de 2012, todas as obrigações especificadas no contrato foram cumpridas.

(b) Adiantamento de Contrato de Exportação — ACE — Trata-se de recursos destinados a alavancar o capital de giro da controlada Sama, captados em dólares norte americanos a taxa cambial média de R\$2,041 e atualizados pela taxa corrente de R\$2,0429 referente a 31 de dezembro 2012. A taxa de captação — PRIME média de 3,25% ao ano, sendo tais adiantamentos, pelas características da transação, vencíveis em até 360 dias. A Companhia é avalista de parte das operações de ACE da controlada SAMA, cujo valor em 31 de Dezembro de 2012 era R\$ 26.319.

(c) Adiantamento de Contrato de Cambio — ACC — Trata-se de recursos destinados a alavancar o capital de giro da controlada Sama. A taxa de captação — PRIME média é de 3,25% ao ano e os adiantamentos foram captados em dólares norte-americanos a uma taxa cambial média de R\$ 2,041 e atualizados pela taxa de R\$ 2,0429 referente a 31 de dezembro de 2012, vencíveis em até 360 dias. A captação é decorrente da expectativa do aumento das exportações, a Companhia é avalista de parte das operações de ACC da controlada SAMA, cujo valor em 31 de Dezembro de 2012 era R\$ 20.429.

(d) A Companhia captou financiamento Finimp 4 para aquisição de máquinas e equipamentos destinados à operação pela taxa de juros de 2,84% a.a referente a taxa de dólar PTAX 2,0758 e atualizados pela taxa corrente de R\$ 2,0429 em 31 de dezembro de 2012 vencíveis em até 24 meses, com amortizações mensais e pagamento de juros anuais. Em 31 de dezembro de 2012, todas as obrigações especificadas no contrato foram cumpridas.

15. PROVISÕES E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Férias	6.699	6.231	12.291	11.403
Participação nos lucros e resultados (a)	4.680	6.004	14.388	11.694
Fundo de garantia por tempo de serviço — FGTS	537	449	995	2.680
Instituto nacional do seguro social — INSS	1.832	1.303	3.227	827
Previdência privada (b)	3.557	900	3.985	1.254
Contribuição Sindical	5	(53)	52	3
Total	17.310	14.834	34.938	27.861

(a) Participação nos lucros e resultados

O Grupo concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores, sendo o valor destinado a eles calculado nos termos do acordo sindical firmado com as empresas do Grupo. A seguir, os valores registrados de despesas de participação nos lucros e resultados:

	Participação nos lucros e resultados	
	31/12/12	31/12/11
Controladora	8.289	5.787
Consolidado	18.195	13.767

(b) Previdência privada

O Grupo oferece plano de previdência privada para os funcionários, administrado por uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central, sem vínculo com o Grupo. O plano é denominado Plano Gerador de Benefício Livre — PGBL, com característica de contribuição definida. Vide detalhes sobre este plano na nota explicativa nº 22.

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Circulante:				
Tributos sobre o lucro				
Imposto de renda pessoa jurídica—IRPJ	-	-	14.101	4.232
Contribuição social sobre lucro líquido—CSLL	-	-	3.402	592

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS — R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Demais tributos				
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços — ICMS	6.332	5.327	9.105	8.792
Imposto sobre produtos				
Industrializados — IPI	2.138	2.201	2.367	2.457
Contribuição para financiamento da seguridade social — COFINS	1.970	2.058	3.835	3.755
Programa de integração social — PIS	358	442	764	810
Impostos de renda retido na fonte — IRRF	908	579	1.722	1.336
Contribuição Financeira de compensação de recursos minerais	-	-	1.358	1.169
Outros	95	105	278	311
Total	11.801	10.712	36.932	23.454
Não circulante:				
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços — ICMS(*)	7.285	6.698	8.139	6.812

(*) ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais PRODUIZIR e DESENVOLVE na controladora e FOMENTAR na controlada Precon como também FUNDOPEM E PRODUIZIR na controlada Tégula.

17. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS FUTUROS A EX-EMPREGADOS

O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os cálculos são revisados e realizados em bases anuais.

a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	31/12/12	31/12/11
Taxa anual de juro atuarial real	3,5%	5,6%
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	1,0%	1,0%
Taxa anual de inflação projetada	5,2%	5,2%
Tábua de mortalidade geral	GAM83	GAM83

b) Avaliação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Número de participantes	310	325	527	542
Valor presente das obrigações no início do exercício	21.500	21.374	30.457	30.800
Juros sobre a obrigação atuarial	2.482	2.328	3.590	3.305
Gastos realizados no exercício	(2.499)	(2.202)	(3.933)	(3.648)
(Ganhos)/Perdas atuariais no exercício	(1.070)	-	4.216	-
Valor presente das obrigações no fim do exercício	20.413	21.500	34.330	30.457

c) Amortização dos ganhos atuariais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Perdas atuariais não reconhecidas	-	879	-	1.914
Corredor – 10% do valor presente das obrigações	2.041	2.150	3.433	3.046

d) Conciliação contábil do passivo

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo contábil no início do exercício	21.137	20.931	29.273	29.405
Gastos realizados no exercício	(2.499)	(2.202)	(3.933)	(3.648)
Complemento de provisão e juros no exercício	1.270	2.408	7.605	3.516
Saldo contábil no final do exercício	19.908	21.137	32.945	29.273
Circulante	1.645	1.645	2.926	2.965
Não circulante	18.263	19.492	30.019	26.308
Total	19.908	21.137	32.945	29.273

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS — R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia, no montante de R\$ 334.251, estava representado por 89.500.000 ações ordinárias, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, e era distribuído como segue:

	31/12/12		31/12/2011	
	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Composição acionária				
Pessoas físicas	6.745	54.404.983	6.302	54.816.669
Pessoas jurídicas	91	1.752.168	126	24.164.645
Pessoas residentes no exterior	131	9.732.774	73	6.399.123
Clubes, fundos e fundações	177	23.580.709	132	4.090.197
Subtotal	7.144	89.470.634	6.633	89.470.634
Ações em tesouraria		29.366	-	29.366
Total	7.144	89.500.000	6.633	89.500.000

Foi autorizado em 25 de abril de 2012, o aumento de seu capital social até o limite de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais), independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão das ações e as demais condições das respectivas subscrições e integralizações.

b) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2012, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$ 288 (R\$ 261 em 31 de dezembro de 2011).

Em 18 de junho de 2012, foi aprovado pelo Conselho de Administração um programa para possíveis aquisições de ações de emissão da Companhia em circulação no mercado, até o montante de 2.000.000 ações. As possíveis aquisições poderão ser realizadas até 18 de junho de 2013.

c) Resultado por ação

Em conformidade com a norma IAS 33 (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 41 — Lucro por Ação), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	31/12/12	31/12/11
Controladora		
Efeito da diluição		
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas não minoritários	113.004	97.193
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias em circulação, deduzidas as médias das ações ordinárias em tesouraria	89.470	89.470
Lucro básico e diluído por ação — R\$	1,26	1,09

Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior.

d) Dividendos

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades Anônimas. Adicionalmente, o lucro remanescente das reservas de lucros será totalmente distribuído aos acionistas.

O estatuto social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços anuais, semestrais ou intermediários.

Os dividendos propostos para o exercício findo em 31 de dezembro 2012 foram os seguintes:

Dividendos

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação — R\$
RCA (*) de 25 de abril de 2012	17/05/12	11.989	0,134
RCA (*) de 08 de agosto de 2012	29/08/12	11.184	0,125
RCA (*) de 24 de outubro de 2012	14/11/12	12.168	0,136
RCA (*) de 06 de março de 2013	26/03/13	12.168	0,136

e) Juros sobre o capital próprio

O Conselho de Administração poderá deliberar também a distribuição de resultado na forma de pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente. Os juros sobre o capital próprio propostos para exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação — R\$
RCA (*) de 25 de abril de 2012	17/05/12	5.906	0,066
RCA (*) de 08 de agosto de 2012	29/08/12	6.710	0,075
RCA (*) de 24 de outubro de 2012	14/11/12	5.726	0,064
RCA (*) de 12 de dezembro de 2012	26/03/13	5.726	0,064

(*) RCA — Reunião do Conselho de Administração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS — R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2012, representa:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Juros sobre capital próprio	5.206	5.357
Dividendos	12.162	11.989
Outros — anteriores	765	—
Total	18.133	17.346

	Controladora	
	31/12/12	31/12/11
Lucro líquido do exercício	113.004	97.193
Constituição de Reservas:		
Legal	(5.650)	(4.859)
Estatutária	(5.650)	(4.859)
Subvenção de Investimento	(852)	—
Retenção de lucros	(29.275)	(15.899)
Lucro disponível	71.577	71.576
Dividendos propostos e pagos	47.509	47.956
Juros sobre o capital próprio propostos e pagos	24.068	23.620
Total	71.577	71.576
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	25.446	21.868

f) Destinação do resultado do exercício

Em atendimento à Instrução Normativa nº 480, publicada pela CVM em 7 de dezembro de 2009, a Companhia apresenta quadro demonstrativo do orçamento de capital previsto para o exercício social de 2013 a seguir.

Condições de mercado, situações macroeconômicas e outros fatores operacionais, por envolverem riscos, incertezas e premissas, podem afetar as projeções e perspectivas de negócios e, conseqüentemente, o montante dos valores previstos nesse orçamento de capital.

Como uma das fontes de recursos para financiar os investimentos previstos nesse orçamento de capital, a Administração está propondo a retenção do lucro líquido remanescente do exercício de 2012, no montante de R\$ 29.275, totalizando em 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$ 78.669 na rubrica "Reserva de retenção de lucros".

g) Orçamento de capital — aplicação de recursos

Investimento em ativo imobilizado	46.443
Projetos de novos investimentos	47.600
	94.043

h) Reserva legal

Em 2012, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 5.650 (R\$ 4.859 em 2011), conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

i) Reserva estatutária

Em 2012, a Companhia constituiu reserva estatutária no montante de R\$ 5.650 (R\$ 4.859 em 2011). Conforme disposto no Estatuto Social, a reserva será destinada à manutenção do capital de giro da sociedade, até atingir 10% do capital social.

19. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

a) Subvenção para investimento- Programa de desenvolvimento industrial de Goiás — Produzir.

O Decreto Estadual 5.265 de 31 de Julho de 2000 criou o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás — PRODUZIR, que para promover o desenvolvimento econômico daquele Estado, possibilita a concessão de incentivo ao contribuinte de ICMS mediante a redução do valor do ICMS a recolher em relação ao apurado.

• Tégula

a) Em 21 de Maio de 2007, a Tégula Soluções para Telhados Ltda, outrora denominada Lafarge Roofing Brasil Ltda pleiteou o direito à redução do ICMS, por possuir uma filial localizada no Estado de Goiás Subvenção para investimento- Programa de desenvolvimento industrial de Goiás — Produzir- Continuação.

O benefício foi concedido a partir de 28/12/2007, pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, através de Termo de Acordo de Regime Especial 223/07 quando foi reconhecido à empresa Tégula Soluções Para Telhados o benefício fiscal de redução de 73% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no município de Anápolis/GO, limitado ao valor de R\$ 6.875 com um prazo para obter o benefício até 31/12/2020.

No exercício de 2012 o valor do benefício totalizou R\$ 949. O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a empresa se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade. Além disso, o objetivo do PRODUZIR é atrair investimentos para integração, expansão, modernização e consolidação do segmento industrial naquela unidade de federação.

b) Subvenção para investimento- Fundo Operação das empresas do estado do Rio Grande do Sul — FUNDOPEM/RS.

A Lei 11.916/03 de 2000 criou o Fundo Operação das empresas do estado do Rio Grande do Sul — FUNDOPEM/RS que para promover o desenvolvimento econômico daquele estado, possibilita a concessão de incentivo ao contribuinte de ICMS mediante a redução do valor do ICMS a recolher em relação ao apurado.

Em 27 de Maio de 2008, a Tégula Soluções para Telhados Ltda, outrora denominada Lafarge Roofing Brasil Ltda pleiteou o direito à redução do ICMS, por possuir uma filial localizada no estado do Rio Grande do Sul.

O benefício foi concedido a partir de 21/11/2008, pela Secretaria do Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, através de Termo de Ajuste 016/2008 quando reconhecido à empresa Tégula Soluções para Telhados Ltda. o benefício fiscal de redução de ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no município de Frederico Westphalen/RS, limitado ao valor de mensal de 79.614,52 UFIR (R\$33) e ao prazo de 66 meses.

No exercício de 2012 o valor do benefício totalizou R\$33. O benefício é tratado como Subvenção para investimento pois conceitualmente a empresa se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade. Além disso, o objetivo do FUNDOPEM/RS é atrair investimentos para integração, expansão, modernização e consolidação do segmento industrial naquela unidade de federação.

b) Subvenção para investimento- Agência de Fomento Goiás S/A empresa do estado de Goiás — FOMENTAR.

• Precon

Em 26 de Janeiro de 1990 a Precon Goiás Industrial Ltda. pleiteou o direito ao benefício para a redução do ICMS, por possuir uma filial localizada no estado de Goiás. O pleito foi concedido pela Secretaria da Receita Federal do estado Goiás através do Termo de Acordo de Regime Especial 227/07 quando foi reconhecido à empresa Precon Goiás Industrial Ltda o benefício fiscal de redução de 73% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no município de Anápolis/GO, limitado ao valor de R\$7.417 com um prazo para obter o benefício até 31/12/2015.

No exercício de 2012 o valor do benefício totalizou R\$ 1.884. O benefício é tratado como Subvenção para investimento pois conceitualmente a empresa se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade. Além disso, o objetivo do FOMENTAR é atrair investimentos para integração, expansão, modernização e consolidação do segmento industrial naquela unidade de federação.

c) Subvenção para investimento- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS — R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

As normas tributárias brasileiras possibilitaram que as pessoas jurídicas titulares de empreendimentos localizados nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cuja atividade se enquadre em setor econômico considerado prioritário, em ato do Poder Executivo, a pleitear a redução do imposto de renda nos termos destes atos normativos atendendo as obrigações e condições constantes no anexo II.

O decreto 64.214 de 18 de Março de 1969 que regulamenta dispositivos das Lei 4.239, de 27 de Julho de 1963, 4.869, de dezembro de 1965 e 5.508 de 11 de Outubro de 1968 referentes a incentivos fiscais e financeiros administrativos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O Laudo Constitutivo da direito a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não Restituíveis com base no Lucro da Exploração em Favor da empresa Eternit S/A, com fundamento na Medida Provisória 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, com a nova redação dada pelo art. 32 da lei 11.196 de 2008, alterado pelo decreto

nº 6.674 de 03 de Dezembro de 2008 e, ainda em conformidade com os Regulamentos dos Incentivos Fiscais, aprovado pela Portaria 2.091-A de 28 de dezembro de 2007.

Em Março de 2011, a empresa Eternit S.A. obteve através do Laudo Constitutivo 0018/2011 o direito fiscal à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência das empresas da região Nordeste.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	114.774	105.916	157.802	131.140
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, a alíquotas nominais	(39.023)	(36.011)	(53.653)	(44.588)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	31.053	22.138	(531)	-
Juros sobre o capital próprio	8.183	8.031	8.183	8.031
Doações e brindes	(235)	(57)	(2.919)	(426)
Tributos e multas indedutíveis	(25)	(166)	(197)	(168)
Outras (adições) exclusões, líquidas	(1.723)	(2.658)	4.319	3.204
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.770)	(8.723)	(44.798)	(33.947)
Taxa Efetiva	1,5%	8,2%	28,4%	25,9%

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, apresentado no ativo não circulante, refere-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, prejuízos fiscais e base negativa, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social	4.883	6.662	13.848	15.398
Benefícios futuros a ex-empregados	5.378	5.796	9.534	8.286
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.703	6.829	17.379	15.156
Lucros não realizados nos estoques	-	-	2.626	2.344
Provisão para perdas no recebimento de créditos	-	-	856	1.898
Provisão para participação nos lucros e resultados	1.591	1.090	3.819	2.537
Provisão para perda do imobilizado	1.815	1.962	1.815	1.962
Outras provisões	(1.376)	612	1.943	4.789
Total	19.994	22.951	51.820	52.370

Expectativa de realização dos créditos tributários

i. Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros da Companhia e de sua controlada Tégula, a estimativa de recuperação do saldo do ativo não circulante de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/12	31/12/12
2013	730	1.910
2014	621	2.710
2015	509	3.049
2016	508	2.993
2017 a 2022	2.515	3.186
Total	4.883	13.848

O ativo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis, descontados ao seu valor presente, realizados pela Companhia e por sua controlada Tégula até os próximos dez anos, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e é imprescritível e compensável com lucros tributáveis futuros.

A controlada Tégula, em 31 de dezembro 2012, tinha saldo de prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$ 60.900 e saldo de base negativa de contribuição social de R\$ 60.574, para os quais não foram constituídos impostos diferidos, em virtude de não haver, até 31 de dezembro 2012, projeções de resultados tributáveis futuros que confirmassem sua realização.

ii. Diferenças temporárias

Estima-se que o saldo do ativo não circulante, referente aos impostos de renda e contribuições sociais diferidas decorrentes das diferenças temporárias, será realizado conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/12	31/12/12
2013	2.384	6.087
2014	2.029	5.180
2015	1.664	4.248
2016	2.473	6.314
2017 a 2022	6.561	16.143
Total	15.111	37.972

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS — R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, em 31 de dezembro 2012, pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais o Grupo não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido do Grupo e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

Processos trabalhistas (i)
Processos tributários (ii)
Provisão para riscos tributários e trabalhistas

- i) Na área trabalhista os principais processos contemplam:
- a) Indenizações que englobam dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de (i) hora extra (ii) adicional noturno, (iii) adicional de insalubridade e periculosidade (iv) verbas rescisórias entre outras.

Provisão Trabalhistas
Provisão Tributários
Provisão para riscos tributários e trabalhistas

21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O Grupo possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A provisão para riscos foi constituída para os processos cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável, com base na análise individual dos respectivos processos feita pelos consultores jurídicos externos e do Grupo.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

Controladora		Consolidado	
31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
17.214	13.997	26.321	21.912
5.443	6.088	24.795	24.933
22.657	20.085	51.116	46.845

- ii) Na área tributária os principais processos englobam:
- a) Diferença de valores recolhidos a título de ICMS e
- b) Diferença de alíquotas recolhidas para o INSS

As movimentações na provisão para riscos tributários e trabalhistas são apresentadas a seguir:

Controladora		31/12/11
31/12/10	Adições	
14.366	4.846	13.997
4.091	7.306	6.088
18.457	12.152	20.085

	Controladora			31/12/12
	31/12/11	Adições	Reversões	
Provisão Trabalhistas	13.997	3.217	-	17.214
Provisão Tributários	6.088	683	(1.328)	5.443
Provisão para riscos tributários e trabalhistas	20.085	3.900	(1.328)	22.657

	Consolidado			31/12/11
	31/12/10	Adições	Reversões	
Provisão Trabalhistas	22.697	11.248	(6.725)	27.220
Provisão Tributários	15.612	10.406	(6.393)	19.625
Provisão para riscos tributários e trabalhistas	38.309	21.654	(13.118)	46.845

	Consolidado			31/12/12
	31/12/11	Adições	Reversões	
Provisão Trabalhistas	21.912	4.000	(1.117)	24.795
Provisão Tributários	24.933	3.384	(1.996)	26.321
Provisão para riscos tributários e trabalhistas	46.845	7.384	(3.113)	51.116

Em 31 de dezembro de 2012, tramitava contra o Grupo as seguintes ações, cuja a probabilidade de perda foram consideradas pelos consultores jurídicos como possíveis:

- a) ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, na Comarca de Vitória da Conquista, bem como ação popular na Comarca de Poções com o mesmo objeto das ações civis públicas mencionadas.
- b) ação civil pública consumerista no Estado do Rio de Janeiro e outra no estado de Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contém mineral crisotila naqueles Estados. A ação referente ao estado do Rio de Janeiro foi julgada improcedente enquanto que a de Pernambuco procedente. Ambas estão pendentes de recurso.

c) Ação de Improbidade Administrativa em que se discutia questões relacionadas à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza.

d) Ação Civil Pública e uma Ação Popular, ambas relacionadas à alienação pelo estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada Sama.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012, existiam outras reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários, e administrativos contra o Grupo, para os quais os consultores jurídicos classificaram com possibilidade de perda como possível, no montante consolidado de R\$ 8.102 (R\$ 6.112 em 31 de dezembro de 2011), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS — R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

Por outro lado, quando necessário, o Grupo efetua depósitos judiciais não vinculados às provisões para riscos, classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

e) Ações relacionadas ao uso da matéria prima amianto “crisotila”

Existem ainda quatro leis estaduais sancionadas (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco) restringindo o uso do amianto, que estão sendo discutidas por meio de ADIs perante o STF, além do questionamento, também por meio de ADI, do artigo 2º da Lei Federal nº 9.055/1995. As ADIs propostas contra as leis estaduais aguardam julgamento de mérito. Vale mencionar que os Estados de Mato Grosso e Roraima aprovaram leis contra o amianto ainda não sancionadas.

Por força de liminares, as leis dos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul estão suspensas. No que diz respeito, a Lei nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, a Companhia esclarece que no dia 04 de junho de 2008, o plenário do STF revogou a liminar concedida em 20 de dezembro de 2007 contra a referida lei. Importante destacar que o mérito desta ação ainda não foi julgado, o que a coloca sub-judice e, portanto, a proibição ainda não se tornou definitiva.

O STF iniciou em 31/10/12 o julgamento de mérito da ADI 3357 em face da Lei estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a proibição de produção, e comercialização de produtos à base de amianto, no âmbito daquele Estado-membro e da ADI nº 3937 em face da Lei estadual nº 12.684/2007, do Estado de São Paulo, que proíbe o uso, no Estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto.

O eminente Ministro Ayres Britto, presidente do STF, iniciou o julgamento proferindo o seu voto pela constitucionalidade das leis estaduais dos Estados de São Paulo e

Rio Grande do Sul, enquanto o eminente Ministro Marco Aurélio proferiu o seu voto pela inconstitucionalidade das referidas leis. Após a conclusão do voto do Ministro Marco Aurélio, o presidente do Supremo suspendeu os trabalhos.

Esclarecemos que o início do julgamento de mérito das ADIs se deu após exaustivos debates de cunho científico com a sociedade brasileira, por meio de audiência pública realizadas pelo STF, em 24 e 31 de agosto de 2012, conduzida pelo Ministro Marco Aurélio e que contou com a presença pontual dos também eminentes Ministro Ricardo Lewandowski e Ministra Rosa Weber.

A audiência pública teve por objetivo avaliar do ponto de vista médico — científico o uso do amianto “crisotila”, dada sua importância para o Brasil.

A matéria encontra-se pendente sem previsão para voltar a pauta do STF para conclusão do julgamento.

22. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

O Grupo mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade de previdência privada devidamente autorizada. O plano foi contratado com o objetivo principal de complementar a aposentadoria e pensão dos colaboradores e executivos. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre — PGBL, na modalidade de contribuição definida. As contribuições são realizadas pelo Grupo e pelos participantes, seguindo percentuais preestabelecidos, de acordo com faixas progressivas de contribuição.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia e seus participantes efetuaram contribuições, para custeio dos planos de benefícios, nos montantes a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Contribuições efetuadas no exercício findo em:	2.829	2.766	3.542	3.530

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receita bruta de vendas	631.126	628.960	1.159.627	1.071.780
Descontos e abatimentos incondicionais	(3.515)	(3.838)	(3.583)	(3.954)
Impostos incidentes sobre as vendas	(157.689)	(160.038)	(249.727)	(247.588)
Receita operacional líquida	469.922	465.084	906.317	820.238

24. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

O Grupo apresentou as demonstrações do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas nas demonstrações do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(331.498)	(336.531)	(509.603)	(496.455)
Despesas com vendas	(54.546)	(51.940)	(113.263)	(97.294)
Despesas administrativas e despesas Técnicas	(36.883)	(34.356)	(86.923)	(84.119)
	(422.927)	(422.827)	(709.789)	(677.868)
Matéria-prima consumida	(232.084)	(231.060)	(357.100)	(335.118)
(-) Ajuste a valor presente	455	676	571	882
Despesas com pessoal e encargos	(75.579)	(78.090)	(125.697)	(127.525)
Materiais, energia elétrica e serviços	(35.824)	(41.157)	(48.830)	(61.453)
Despesas de vendas variáveis	(13.556)	(5.319)	(37.830)	(24.359)
Depreciação e amortização	(9.906)	(12.921)	(17.363)	(24.979)
Serviços de terceiros	(12.744)	(12.033)	(47.884)	(24.962)
Comissões sobre vendas	(9.587)	(8.377)	(18.939)	(17.125)
Contribuição para entidades de classe	(1.511)	(1.231)	(1.601)	(3.764)
Propaganda e publicidade	(7.698)	(7.401)	(9.810)	(7.547)
Impostos e taxas	(2.229)	(2.182)	(1.741)	(4.734)
Outras	(22.665)	(23.732)	(43.566)	(47.184)
	(422.927)	(422.827)	(709.789)	(677.868)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS — R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Outras receitas operacionais:				
Vendas bens de imobilizado	123	132	237	1.060
Receitas eventuais — créditos extemporâneos	2.406	2.191	4.433	5.114
Outras vendas	-	-	-	202
Aluguéis	-	-	2.234	1.741
Programa Desenvolve da Bahia (a)	-	3.346	-	3.346
Outras	2	2	2	-
	2.531	5.671	6.906	11.463
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários cíveis e trabalhistas	(782)	(4.286)	(782)	(5.608)
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	(1.270)	(2.134)	(7.605)	(3.111)
Impostos sobre outras vendas	(148)	(147)	(777)	(1.015)
Garantia de qualidade	(546)	(590)	(758)	(735)
Substituição de produto avariado	-	(232)	-	(241)
Gastos com indenizações trabalhistas e cíveis	(955)	(918)	(1.164)	(7.242)
Custo da baixa do imobilizado	(94)	(5.806)	(348)	(5.885)
Outras	(1.578)	576	(3.695)	(968)
	(5.373)	(13.537)	(15.129)	(24.805)
Total	(2.842)	(7.866)	(8.223)	(13.342)

(a) Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia — DESENVOLVE, com o objetivo de fomentar e diversificar a matriz industrial e agroindustrial, com formação de adensamentos industriais nas regiões econômicas e integração das cadeias produtivas essenciais ao desenvolvimento econômico e social e à geração de emprego e renda no Estado.

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receitas financeiras:				
Rendimentos aplicação financeiras — incluindo certificados de depósitos bancários	3.982	5.219	7.375	6.917
Descontos obtidos	190	3.485	270	435
Juros ativos	3.498	3.564	4.496	6.992
Variações monetárias ativas	736	3.156	761	3.238
Variações cambiais ativas	834	1.269	23.616	20.235
Ganho com processo judicial (PIS/COFINS)	-	1.687	-	4.053
Outras receitas financeiras	256	4.056	2.488	1.789
	9.496	22.436	39.006	43.659
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	(401)	(308)	(1.121)	(651)
Juros sobre mútuo	(2.129)	(2.834)	-	-
Juros passivos	(782)	(859)	(2.855)	(1.981)
Despesas bancárias	(570)	(598)	(890)	(874)
Descontos concedidos	(781)	(545)	(1.543)	(2.933)
IOF	(268)	(280)	(566)	(519)
PIS e COFINS — Juros s/capital próprio	(801)	(846)	(801)	(846)
Variações cambiais passivas	(1.155)	(852)	(23.765)	(20.285)
Outras	(1.861)	(83)	(5.216)	(1.731)
	(8.748)	(7.205)	(36.757)	(29.820)
Resultado financeiro líquido	748	15.231	2.249	13.839

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração as informações financeiras apresentadas internamente e utilizadas para avaliação dos negócios e tomadas de decisões pela alta Administração assim como, nos requerimentos estabelecidos pelo CPC 22 (IFRS8).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS — R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

Com base nas informações disponíveis de seus segmentos, produtos e regiões, a alta Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

Os segmentos operacionais definidos pela alta Administração estão demonstrados a seguir:

Controladora e Consolidado

Descrição

Fibrocimento
Mineral crisotila
Telhas de concreto
Outros

Área geográfica

Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste
Mercados local e estrangeiro
Mercado local
Mercado local

- Fibrocimento: inclui a fabricação e venda de telhas, caixas d'água e peças complementares.
- Mineral crisotila: inclui a exploração e venda de mineral crisotila.
- Telhas de concreto: inclui a fabricação e venda de telhas de concreto.
- Outros: incluem a fabricação e venda de componentes para sistemas construtivos, caixas d'água de polietileno, mármore sintético, a revenda de louças, assentos sanitários, filtros para tubulações de água, aquecedor solar, telhas metálicas e metais sanitários.

a) Receitas e resultados dos segmentos reportáveis

		Consolidado			
		Receita Líquida		Lucro Bruto	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Fibrocimento	Sudeste	98.187	98.956	28.810	27.452
	Sul	111.831	113.088	32.866	31.373
	Centro-Oeste	172.346	171.544	56.115	50.929
	Norte e Nordeste	77.731	71.664	22.807	19.880
		460.095	455.252	140.598	129.634
Mineral crisotila	Mercado local	123.526	114.162	90.352	100.787
	Mercado externo	170.869	100.382	106.606	47.682
		294.395	214.544	206.958	148.469
Telhas de concreto	Mercado local	75.674	77.325	29.780	29.184
Outros(*)	Mercado local	76.153	73.117	19.378	16.496
Receita líquida		906.317	820.238		
Lucro Bruto				396.714	323.783

(*) Componentes para sistemas construtivos, telhas metálicas, caixas de polietileno, louças sanitárias, filtros e mármore sintético.

	31/12/12	31/12/11		31/12/12	31/12/11
Fibrocimento			Despesas gerais, administrativas e resultado financeiro :		
Despesas com vendas:			Mercado interno	(19.217)	(20.130)
Sudeste	(10.959)	(10.637)	Mercado externo	(26.583)	(17.701)
Sul	(12.481)	(12.156)	Total	(45.800)	(37.831)
Centro-Oeste	(19.236)	(18.439)			
Nordeste e Norte	(8.676)	(7.703)	Outras despesas:		
Total	(51.352)	(48.935)	Mercado interno	(3.316)	(3.641)
			Mercado externo	(4.587)	(3.201)
Despesas gerais, administrativas e resultado financeiro:			Total	(7.903)	(6.842)
Sudeste	(10.261)	(4.581)			
Sul	(11.687)	(5.236)	Telhas de concreto		
Centro-Oeste	(18.011)	(7.942)	Despesas com vendas	(12.466)	(11.019)
Nordeste e Norte	(8.123)	(3.318)	Despesas gerais, administrativas e resultado financeiro	(15.055)	(16.368)
Total	(48.082)	(21.077)	Outras receitas	1.281	1.528
			Total	(26.240)	(25.859)
Outras receitas, despesas :					
Sudeste	(374)	(2.130)	Outros		
Sul	(426)	(2.434)	Despesas com vendas	(8.499)	(7.859)
Centro-Oeste	(658)	(3.692)	Despesas gerais, administrativas e resultado financeiro	(7.958)	(3.385)
Nordeste e Norte	(296)	(1.543)	Outras receitas	(377)	(1.575)
Total	(1.754)	(9.799)	Total	(16.834)	(12.819)
Mineral crisotila			Total das despesas	(238.912)	(192.643)
Despesas com vendas:					
Mercado interno	(17.181)	(15.687)	Lucro antes dos impostos	157.802	131.140
Mercado externo	(23.766)	(13.794)			
Total	(40.947)	(29.481)			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS — R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

Vendas entre partes relacionadas

O segmento de mineral crisotila vendeu para o segmento de fibrocimento o montante de R\$ 74.823 no exercício em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 80.157 em 31 de dezembro de 2011).

b) Ativos e passivos dos segmentos reportáveis

		Consolidado			
		Ativos		Passivos	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Fibrocimento	Sudeste	229.543	209.105	39.849	38.426
	Sul	51.727	53.421	45.911	35.136
	Centro-Oeste	64.816	62.929	54.212	47.264
	Norte e Nordeste	26.058	26.094	27.243	21.102
		372.144	351.549	167.215	141.928
Mineral crisotila		272.495	205.630	110.676	49.217
Telhas de concreto		98.921	88.851	26.955	35.365
Outros produtos (*)		52.843	14.951	25.740	27.319
Outras contas do balanço		13.717	30.954	-	-
		810.120	691.935	330.586	253.829

(*) Componentes para sistemas construtivos, telhas metálicas, caixas de polietileno, louças sanitárias, filtros e mármore sintético.

c) Outras informações dos segmentos reportáveis

		Consolidado	
		Depreciação, amortização e exaustão	
		31/12/12	31/12/11
Fibrocimento	Sudeste	2.319	2.189
	Sul	3.840	4.097
	Centro-Oeste	1.959	1.835
	Norte e Nordeste	2.104	2.198
		10.222	10.319
Mineral crisotila		11.361	6.428
Telhas de concreto		5.372	4.343
Outros		1.818	1.716
Total		28.773	22.806

		Consolidado	
		Adições ao imobilizado e intangível	
		31/12/12	31/12/11
Fibrocimento	Sudeste	5.028	6.880
	Sul	2.723	2.908
	Centro-Oeste	4.853	4.226
	Norte e Nordeste	2.190	861
		14.794	14.875
Mineral crisotila		32.689	9.765
Telhas de concreto		6.415	18.919
Outros		1.896	2.797
Total		55.794	46.356

28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a

natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Os seguros contratados pelo Grupo, em 31 de dezembro de 2012, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir:

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral e lucros cessantes	Edifícios, instalações, equipamentos e outros	R\$ 267.987

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Instrumentos financeiros

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

O Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração do Grupo, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS — R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

Os ativos financeiros foram classificados como segue:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento
Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva. Neste grupo estão incluídos os contratos de ACC e ACE.

iii) Ativos financeiros disponíveis para venda
Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por fundos de investimentos que estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na rubrica de “reserva de disponíveis para venda”, no resultado abrangente, sendo transferidos para o resultado do exercício no momento da sua realização. Os efetivos provenientes de perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

iv) Empréstimos e recebíveis
São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os passivos financeiros foram classificados como segue:

i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
São classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

ii) Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2012, no caso do Grupo, compreendem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) e saldos a pagar a fornecedores estrangeiros e nacionais (nota explicativa nº 13).

b) Valor justo

Os ativos e passivos financeiros do Grupo podem sofrer variação de seu valor contábil. O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas e negociar.

O Grupo utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: mensuração é feita com cálculos baseado em ativos/passivos com cotação em mercado, sem ajuste.

Nível 2: mensuração é feita com técnicas onde os dados que têm efeitos significativos sobre o valor justo sejam cotados em mercados, direta ou indiretamente.

Nível 3: mensuração é feita com técnicas onde os dados que tenham efeitos significativos sobre o valor justo não possuem cotação em mercados, direta ou indiretamente.

A Companhia adotou as seguintes premissas para cálculo com base na hierarquia:

(i) Equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo não possuem diferenças entre valor contábil e o valor justo (“valor de mercado”).

(ii) Fornecedores, empréstimos e financiamento, e partes relacionadas, não possuem diferenças entre o valor contábil o custo amortizado.

	Controladora			
	31/12/12		31/12/11	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	3.852	3.852	21.352	21.352
Aplicações financeiras de curto prazo	48.612	48.612	26.588	26.588
Total	52.464	52.464	47.940	47.940

Controladora	31/12/12		31/12/11	
	Valor contábil	Custo Amortizado	Valor contábil	Custo Amortizado
Passivos financeiros:				
Mantidos ao custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos	8.785	8.785	4.415	4.415
Total	8.785	8.785	4.415	4.415

Consolidado	31/12/12		31/12/11	
	Valor contábil	Valor justo/ Custo Amortizado	Valor contábil	Valor justo/ Custo Amortizado
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	16.656	16.656	42.333	42.333
Aplicações financeiras de curto prazo	78.930	78.930	26.588	26.588
Ações Eletrobrás	1.389	1.389	1.389	1.389
Total	96.975	96.975	70.310	70.310
Passivos financeiros:				
Mantidos ao custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos	79.946	79.946	48.444	48.444
Total	79.946	79.946	48.444	48.444

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS — R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

Ativos e passivos avaliados a valor justo	31/12/12	Controladora		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	3.852	3.852		
Aplicações financeiras de curto prazo	48.612	48.612	-	-
Empréstimos e financiamentos	(8.785)	(8.785)	-	-

Ativos e passivos avaliados a valor justo	31/12/12	Consolidado		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	16.656	16.656		
Aplicações financeiras de curto prazo	78.930	78.930	-	-
ACE	(26.319)	(26.319)	-	-
ACC	(20.429)	(20.429)	-	-
Empréstimos e financiamentos	(33.198)	(33.198)	-	-

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros do Grupo, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações. O Grupo possui ainda contas a receber de clientes, depósitos a vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, o Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuro de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O risco

de mercado engloba dois tipos de risco no caso do Grupo: a) Risco de câmbio e b) Risco de taxa de juros

a) Riscos de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às suas atividades operacionais, especialmente relacionadas a contratação de adiantamentos de contrato de exportação, denominados ACC e ACE, denominados em dólares norte-americano. (nota explicativa 14 (b)).

Em 31 de dezembro de 2012, os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira, preponderantemente indexada ao dólar norte-americano, e relacionados à controlada Sama, são conforme segue:

	Consolidado		Cotação em 31/12/12 (US\$1,00 = R\$1,00)
	31/12/12	31/12/11	
Clientes no mercado externo	61.228	44.184	2,0429
Fornecedores no mercado externo	(8.492)	(2.848)	2,0429
ACE	(26.319)	(36.354)	2,0429
ACC	(20.429)	-	2,0429
Outros	(140)	(675)	2,0429
Total da exposição cambial	5.848	4.307	

a1) Análise de sensibilidade

De forma a medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo, foram efetuados dois cenários de choque em relação à taxa

de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2012. Conforme previsão da instrução CVM nº 475/08, o Grupo conduziu a análise de sensibilidade utilizando o cenário provável 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II). Veja quadro abaixo.

Saldos (Moeda estrangeira) — Consolidado	Risco	Taxa USD (*)	Posição em 31.12.2012	Cenário Provável	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
USD				2,09	1,05	1,57	2,61	3,14
Clientes mercado externo	Var. do US\$	2,0429	61.228	(1.412)	29.758	14.173	(16.997)	(32.881)
Fornecedores mercado externo	Var. do US\$	2,0429	(8.492)	196	(4.127)	(1.966)	2.357	4.560
ACE	Var. do US\$	2,0429	(26.319)	607	(12.792)	(6.092)	7.306	14.134
ACC	Var. do US\$	2,0429	(20.429)	471	(9.929)	(4.729)	5.671	10.971
		Total	5.988	(138)	2.910	1.386	(1.662)	(3.216)

(*) As taxas do dólar foram retiradas do site do Bacen no último dia útil de 2012.

b) Riscos de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Administração do Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As

aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo — TJLP, CDI e taxas prefixadas, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS — R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Ativo:				
Aplicações financeiras	50.663	45.929	92.001	63.679
Passivo:				
ACE	-	-	(26.319)	(36.354)
ACC	-	-	(20.429)	-
Empréstimos e financiamentos	(8.785)	(4.415)	(33.198)	(12.091)
Total da exposição à taxa de juros	41.878	41.514	12.055	15.234

A Administração do Grupo entende como baixo o risco de grandes variações no CDI e na TJLP nos próximos 12 meses, levando em conta a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. Dessa forma, não tem contratado derivativos para proteger esse risco.

No quadro abaixo temos o impacto econômico líquido de choques paralelo na curva de juros utilizada nos instrumentos financeiros do Grupo em 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II), além do cenário provável que é a manutenção dos juros atuais.

Aplicações financeiras — Consolidado	Indexador	Posição em 31.12.2012	Projeção Receitas Financeiras — Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			8,40%	4,20%	6,30%	10,50%	12,60%
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	13.071	1.098	549	823	1.372	1.647
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	78.930	6.630	3.315	4.973	8.288	9.945

Empréstimos e financiamentos — Consolidado	Taxa de juros	Posição em 31.12.2012	Cenário Provável	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
USD			1,65%	-0,83%	-1,24%	2,06%	2,48%
Finimp 2	4,40%	(1.100)	(413)	206	309	(516)	(619)
Finimp 3	3,48%	(4.680)	(2.219)	1.109	1.664	(2.774)	(3.328)
Finimp 4	2,84%	(2.345)	(1.362)	681	1.022	(1.703)	(2.044)
		(8.125)	(3.994)	1.997	2.995	(4.992)	(5.991)

c) Risco de crédito

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado pelo Grupo diariamente, e é entendido que o risco é minimizado pelo fato das vendas serem efetuadas para um grande número de clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito está refletido na rubrica “Provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber”, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

Nenhum cliente do Grupo representa mais de 5% dos respectivos saldos das contas a receber em 31 de dezembro de 2012, e (1,5% em 31 de dezembro de 2011).

Depósitos à vista e aplicações financeiras

O Grupo está sujeito também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração do Grupo considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras sediadas no Brasil.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é efetuado diariamente pelas áreas de gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

e) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Administração pode ajustar o capital do Grupo de acordo com sua estratégia, buscando a melhor estrutura de capital e adequando às condições econômicas atuais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve mudança nos objetivos, nas políticas ou nos processos de estrutura de capital. O Grupo inclui na estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	Alavancagem		Alavancagem	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Empréstimos e financiamentos	8.785	4.415	79.746	48.444
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(3.852)	(21.352)	(16.656)	(42.333)
Dívida líquida	4.933	-	63.090	6.111
Patrimônio líquido	479.520	438.093	479.520	438.093
Dívida líquida e patrimônio líquido	474.587	438.093	416.430	431.995

30. AMBIENTE E RECURSOS MINERAIS

Ambiente

A indústria de mineração no Brasil está sujeita aos controles governamentais para impedir os riscos potenciais ao meio ambiente, resultante da extração mineral.

Conforme o Decreto nº 97.632/89 são exigidos projetos de mineração, detalhando o programa de recuperação ambiental, bem como o impacto ao meio ambiente. A controlada Sama segue o Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD, homologado e com cronograma para “remonte do ‘site’”, após a exaustão dos recursos minerais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS — R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

De acordo com o PRAD, a Sama está apta para extrair e processar o mineral crisotila. Segundo o projeto inicial, a extração e o processamento do mineral crisotila devem cessar no ano 2042, quando será colocado em prática o projeto para demolições, indenizações e recuperação da área degradada.

A controlada Sama registra a atualização da recuperação ambiental, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

Taxa de desconto	31/12/12	31/12/11
	7,54% a.a	9,08% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	5,2% a.a	5,2% a.a.

Valor presente dos desembolsos esperados

Ano	31/12/12	31/12/11
2042	3.082	1.003
2043	2.645	887
2044	1.371	475
2045 a 2049	1.103	408
Total	8.201	2.773

Considerando o acordo celebrado com o PRAD, a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2042 e 2049.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 1.497 (R\$ 268 em 2011), calculado com base na produção atual de mineral crisotila.

Recursos minerais

Os detalhes dos recursos minerais do Grupo (asbesto de crisotila), que são explorados e transformados pela controlada Sama, são conforme segue:

Descrição	31/12/12	31/12/11
Recursos minerais	8.462.643 t	8.767.212 t
Produção no período	304.568 t	306.320 t
Vida útil estimada da mina	30 anos	30,3 anos

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Eternit S.A.
São Paulo — SP
Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board — IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações

financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eternit S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Eternit S.A., em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board — IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Eternit S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(EM MILHARES DE REAIS — R\$, EXCETO QUANDO DE OUTRA FORMA INDICADO)

Chamamos a atenção para a nota explicativa 21e) às demonstrações financeiras, que descreve a incerteza com relação ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do mérito em conjunto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 3357 em face da Lei estadual nº 11.643/2001, de 21 de junho de 2001, do estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a proibição de produção e comercialização de produtos à base de amianto, no âmbito daquele estado e da ADI nº 3937 em face da Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, do estado de São Paulo, que proíbe o uso, no estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto; bem como, das demais ADIs sobre o amianto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado de 7 de março de 2012, sem modificações.

São Paulo, 15 de março de 2013

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/0-6

Luiz Carlos Nannini

Contador CRC-1SP171638/0-7

Clinton L. Fernandes

Contador CRC-1SP205541/0-2